

-
- **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico SENAC nº 072/2020
 - **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:** SENAC Nº 010/2021.
 - **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO NA MODALIDADE RISCO TOTAL PARA OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO SENAC/CE COM FRANQUIA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO E ANEXOS.
 - **FONTE DE RECURSOS:** Orçamento Próprio do SENAC-DR/CE.
 - **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço.
 - **DATA DE ABERTURA:** 17 de fevereiro de 2021.
 - **LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Site do Sistema Comprasnet do Governo Federal
 - **HORA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:** às 9h.
 - **UASG:** 451116 - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
-

EDITAL DE ABERTURA

O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC-AR/CE, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída mediante a Portaria de nº 001 de 10 de fevereiro de 2020, juntada ao processo administrativo de que trata esta licitação, torna público que se acha aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2020**, sendo a presente licitação e a subsequente contratação regidas pelo Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema SENAC (Resolução n.º 958/2012), bem como, pelas disposições fixadas no presente Edital e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio do sistema de comprasnet do Governo Federal.

1. DO OBJETO

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO NA MODALIDADE RISCO TOTAL PARA OS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DO SENAC/CE COM FRANQUIA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE INSTRUMENTO E ANEXOS.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. O órgão gerenciador será o (código 451116) - **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL-SENAC-AR/CE**.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. Regulamento de Licitações e Contratos do SENAC - Resolução nº 958/2012 e legislação correlata.
- 3.2. Demais exigências deste Edital e seus anexos.

4. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

4.1. Os documentos que integram o Edital serão disponibilizados no portal Compras Governamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br) e na página do SESC/SENAC/CE (<https://sistemas.sesc-ce.com.br/LICITASESC/download/licitacaoList.seam>).

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. A impugnação ao presente Edital e seus anexos deverá ser dirigida ao Pregoeiro, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail cpl@ce.senac.br

5.1.1. A impugnação deve estar devidamente identificada (CNPJ), razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a impugnante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física.

5.1.2. Apresentada a impugnação, caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 1 (um) dia útil, contados da data de recebimento da impugnação.

5.1.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, podendo ser concedido o efeito suspensivo por ato do Pregoeiro, devidamente motivado nos autos do processo.

5.1.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5.1.5. A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela permanente, devendo, por conseguinte, enviar sua PROPOSTA, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão.

5.2. Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital e seus anexos deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante petição a ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail cpl@ce.senac.br;

5.2.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão estar devidamente identificados (CNPJ, razão social, nome do representante legal e comprovação de poderes para representar a peticionante, se pessoa jurídica, e nome completo e CPF, se pessoa física).

5.2.2. Apresentado pedido de esclarecimento, o Pregoeiro, auxiliado pela unidade requisitante, decidirá sobre a petição, no prazo de 1 (um) dia útil.

5.2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes.

5.3. As impugnações e esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro diretamente aos peticionantes e serão divulgados a todos os interessados através do site ComprasGovernamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br – no link correspondente a este Edital), e do site do SENAC/CE (<https://sistemas.sesc-ce.com.br/LICITASESC/download/licitacaoList.seam>) antes da abertura da sessão, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas.

5.4. Alterações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos Licitantes.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema Comprasnet, provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI - ME, por meio do sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto a SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do Licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

6.3. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou do SENAC/CE, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

7.1. Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas do ramo de atividade do objeto desta licitação que comprovem sua qualificação, na forma indicada neste Edital:

7.1.1. Que estejam devidamente credenciadas no sistema Comprasnet, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, munidas de chave de identificação e de senha;

7.1.2. Que estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001; ou

7.1.3. Que não estejam cadastradas no SICAF ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, desde que atendidas as exigências deste Edital.

7.2. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETA OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO OU PARTICIPAR DO CONTRATO DELA DECORRENTE:

7.2.1. É vedada a participação de empresa apenada com a suspensão do direito de licitar com o SESC e com o SENAC, nos termos da Resolução 958/2012, ou que se encontre em processo de falência ou recuperação judicial ou concurso de credores, dissolução ou liquidação.

7.2.2. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

7.2.3. As empresas:

7.2.3.1. Declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

7.2.3.2. Suspensas de participar de licitação, e impedidas de contratar com a Administração Regional do SENAC CE, durante o prazo da sanção aplicada;

7.2.3.3. Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

7.2.3.4. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, fusão, cisão ou incorporação;

7.2.3.4.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

7.2.3.5. Submissas a concurso de credores;

7.2.3.6. Que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

7.2.3.7. Que conste da relação de inidôneos disponibilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

7.2.3.8. Cujo estatuto ou contrato social não incluam o objeto deste Edital;

7.2.3.9. Não poderão participar desta Licitação empresa(s) cujo(s) sócio(s), gerente(s) ou diretor (es) sejam cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de dirigente ou empregado do **SISTEMA FECOMÉRCIO – SESC-SENAC**. (É indevida a celebração de contratos, pelas entidades do Sistema S, com empresas que detenham em seus quadros societários cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do presidente ou dos membros, efetivos e suplentes, dos órgãos colegiados dos serviços sociais autônomos, bem como de dirigentes de entidades civis ou sindicais, patronais ou de empregados, vinculadas ao sistema, em razão de que tal prática possibilita o surgimento de conflito de interesses e representa infração aos princípios constitucionais do art. 37 da Constituição Federal, mormente os da moralidade, da impessoalidade e da isonomia. **Acórdão 11516/2016-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO NARDES. ÁREA: Licitação | TEMA: Sistema S | SUBTEMA: Vedação.** Outros indexadores: Parentesco, Conflito de interesse, Contrato).

8. FALTA DE CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO.

8.1. Constatada a existência de sanção ou inaptidão de participação, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, **por falta de condição de participação**.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, mediante digitação de senha privativa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, formulada de acordo com os Anexos I e II do Edital, e os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação.

9.2. Ao encaminhar a proposta de preços, a licitante deverá incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto”. Caso o número de caracteres seja insuficiente, deverá incluir descrição resumida contendo as informações essenciais.

9.2.1. O preço unitário e total (em cifras e por extenso) deve ser compatível com os preços praticados no mercado, incluindo frete, seguros, impostos e taxas, **inclusive eventual**

recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará:

9.3. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

9.4. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico o valor unitário de cada item e, se for o caso, de cada item que compõe o grupo, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

9.5. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos Anexos deste Edital.

9.6. No caso de sistema de registro de preços quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no Decreto 10.024/2019.

9.10. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as descritas neste Edital / Termo de Referência, prevalecerão estas. Os códigos dos itens registrados no catálogo do Ministério da Economia são macros e as licitantes, devem portanto, seguir rigorosamente as descrições do Termo de Referência.

9.11. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

9.12. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata a Seção referente à negociação e ao julgamento deste Edital.

9.12.1. **Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo se por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a). Destaca-se que é vedado a aceitação de desistência de licitante após a fase de habilitação, em respeito ao disposto no acórdão nº 2346/2007 – plenário do Tribunal de Contas da União – TCU.**

- a) **A licitante que desistir da proposta ofertada após a etapa competitiva do certame (fase de lances) sem justificativa adequada (fato superveniente) está sujeita a multa de até 2% (dois por cento), incidente sobre o valor total da sua proposta (fundamento: Acórdão 1620/2018-Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU).**
- b) **A licitante que desistir da proposta ofertada após a fase de habilitação está sujeita a multa de até 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor total da sua proposta (fundamento: Acórdão nº 2346/2007 – Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU).**

9.12.2. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, bem como tomada de manifestação oral do licitante, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.12.3. A necessária a área técnica demandante do certame promoveu a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, conforme orienta o Tribunal de Contas da União –TCU (Acórdão 2.300/2007 Plenário, TCU/Acórdão 113/2016-Plenário).

10.16.1. Poderá ser cotado produto/equipamento com qualidade similar ou superior ao descrito no anexo I (**marca de referência**), desde que seja compatível com o descrito, para tanto, caberá ao licitante quando da apresentação da proposta de preços demonstrar (**envelope I**), por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital, sob pena de desclassificação da proposta (**Acórdão 2.300/2007 Plenário, TCU/Acórdão 113/2016-Plenário**).

9.12.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.12.5. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, expressa em moeda corrente nacional e apresentada sem emendas, rasuras ou entrelinhas que possam comprometer o seu teor, datada e assinada, e dela deverá constar:

I - identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

II - indicação do responsável pela assinatura do Contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

III - prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

IV - indicação única de preço (R\$) com exibição do valor unitário e total do item, em algarismos e por extenso;

V - descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência, com indicação de quantidade, prazo de entrega e demais características dos produtos ofertados;

9.15. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

9.16. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

- a) não encaminharem o detalhamento das especificações técnicas, na forma de anexo, em conformidade com as exigências do item 09 e respectivos subitens e alíneas, deste edital;
- b) não apresentarem Declaração de Elaboração Independente da Proposta Comercial;
- c) apresentarem, **após a fase de lances ou negociação**, valor total para o item cotado superior ao estabelecido no Anexo I do edital - na planilha estimativa.

9.18. Os documentos para habilitação serão os seguintes:

9.18.1. Qualificação Técnica

- a) Um ou mais Atestado (s) de capacidade técnica ou comprovação de aptidão para realização dos serviços licitados, mediante apresentação de 01 (uma) declaração firmada por pessoa jurídica pública e/ou privada que sendo cliente da licitante, ateste a capacidade da mesma para prestação do serviço, a contento com o objeto da licitação. **O DOCUMENTO APRESENTADO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO DEVE ESTAR COM FIRMA RECONHECIDA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**
- b) O atestado deverá conter o ano de início e término da execução dos serviços, caso já tenha sido finalizada, além das seguintes informações:
- b.1) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;
- b.2) Nome da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- b.3) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- b.4) Assinatura e identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente). **O DOCUMENTO APRESENTADO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO DEVE ESTAR COM FIRMA RECONHECIDA, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.**
- b.5) Descrição do tipo serviço executado (ou nome do evento realizado e sua descrição, em caso de licitação para área de turismo, cultura, esporte e lazer) ou dos produtos fornecidos.
- b.6) Certidão Negativa de Débitos (CND) e prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

9.18.2. Habilitação jurídica

- a) registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

9.18.3. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Economia;
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- d) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado e/ou o prazo de validade da certidão não estiver expresso em seu instrumento, aquela expedida nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto quando houver norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) estabelecendo prazo de validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo nela previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

9.18.4. Qualificação econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão Negativa de Recuperação Judicial e Certidão Negativa Extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica:

b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.3) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b.4) Somente serão habilitadas as licitantes cujo demonstrativo contábil acima referido permita verificar Índice de Liquidez Geral (LG), Índice de Solvência Geral (SG) e Índice de Liquidez Corrente (LC) maiores ou iguais a 1,0 (um) com base nas fórmulas acima indicadas.

b.5) Serão consideradas como detentoras de capacidade econômico-financeira satisfatória as Licitantes que obedecerem simultaneamente às condições acima.

b.6) A Licitante deverá apresentar os cálculos constantes do item b.2, assinado pelo seu representante legal e por um contador.

b.7) As empresas que apresentarem resultado inferior ao mínimo estabelecido em qualquer dos índices referidos no item b.2, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, através do Balanço Patrimonial do exercício social já exigível e devidamente registrado na Junta Comercial, Patrimônio Líquido ou Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação do(s) item(ns) cotado(s) constante do Anexo I, a ser divulgado após a fase de lances, que deverá recair sobre o montante dos itens que pretenda concorrer. A

comprovação deverá ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

b.8) De acordo com a exceção prevista no § 2º do art. 1.179 do Código Civil Brasileiro c/c com o art. 170, IX da Constituição Federal de 1988, as licitantes que comprovarem sua condição de ME/EPP/MEI, estão desobrigadas de apresentar balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, atendendo-se ao tratamento diferenciado garantido constitucionalmente, apenas quanto às exigências deste critério de qualificação.

9.18.5. Declarações exigidas

a) **DECLARAÇÃO** expedida pelo próprio licitante, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório e que está em observância ao artigo 12º da Resolução SENAC nº 958/2012 cumprindo plenamente os requisitos de habilitação do certame em epígrafe devidamente datada, assinada e redigida objetivamente;

b) **DECLARAÇÃO** fornecida pelo licitante de que está ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e de que fornecerá quaisquer informações complementares, se e quando solicitadas pelo **SENAC** e ainda que recebeu o edital, seus anexos e demais documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório;

c) **DECLARAÇÃO** expressa do licitante que assume inteira responsabilidade pelo fornecimento dos produtos, materiais ou serviço objeto desta licitação, e que se sujeita às condições estipuladas neste Edital, obrigando-se a efetuar dito fornecimento, aquisição ou prestação de serviço nas características, especificações, datas, locais e horários preestabelecidos nos Anexos I – Termo de Referência e Contrato ou outro instrumento que o substitua (Ordem de Pagamento/Ordem de Serviço/Pedido ao Fornecedor – PAF).

d) **DECLARAÇÃO** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, c/c com a Lei n.º 9.854/99.

e) **DECLARAÇÃO** do licitante de que trabalha com produto ou material ecológico e socialmente responsável ou que adota práticas de sustentabilidade ambiental na produção do produto ou execução de serviços, obedecendo em qualquer caso, à legislação ambiental.

f) **DECLARAÇÃO** expedida pelo próprio licitante de que não existe na licitante parente até o terceiro grau civil (afim ou consanguíneo) do presidente ou membros efetivos e suplentes do Conselho Nacional e Conselho Fiscal e dos Conselhos Regionais do SESC ou do SENAC, bem como de dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados do SENAC e da Comissão de Licitação e que está em observância ao Art. 44º, dos regulamentos do SENAC, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação do certame em epígrafe, sob as penalidades cabíveis. A declaração deve estar devidamente datada, assinada e redigida objetivamente.

g) **DECLARAÇÃO** não tem nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo SENAC, seja qual for o motivo;

i) **DECLARAÇÃO** que nos preços indicados na minha proposta comercial estão incluídos todos benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação o fornecimento do objeto licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, “know-

how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, insumos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas, contribuições e emolumentos incidentes sobre o fornecimento, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas natureza.

j) **DECLARAÇÃO** de vistoria dos Imóveis (Modelo ANEXO II)

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

10.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CONFORMIDADE, DA ORDENAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

12. DA FASE COMPETITIVA

12.1. Aberta a fase competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ou maior percentual de desconto ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

c) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro;

12.3. Durante a sessão pública deste pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

12.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

12.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

12.7. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.9. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.10. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

12.11. Na fase competitiva, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexecutável.

12.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da fase competitiva e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.13. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

12.14. O **Critério de Julgamento** adotado será o menor preço **POR GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.16. Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015. (Acórdão nº 6192/2020 – primeira câmara/TCU).

12.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

13. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

13.3. A licitante terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro para envio da proposta adequada ao último lance ofertado, bem como para envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, não podendo constar documentos novos, que deveriam ter sido cadastrados juntamente com a proposta.

13.4. Não serão considerados novos os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

13.5. O prazo previsto no item 9.3 poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

13.6. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante nos termos exigidos neste Edital.

13.7. Quando do envio da proposta ajustada, o licitante interessado poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.

13.8. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao SENAC, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

13.9. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

13.10. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

13.11. Será declarada vencedora a licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar o menor valor para o item.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

14.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

14.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 02 (dois) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15.1 A adjudicatária ficará obrigada a:

- a) assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação;
- b) retirar a emissão da Ordem de Fornecimento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;
- c) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, na proposta, no contrato ou Ordem de Fornecimento;
- c) apresentar, a qualquer tempo, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do SENAC, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa;

15.2. Decorrido o prazo de validade das propostas, de 90 (noventa) dias corridos, sem convocação para assinatura contratual, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Resolução nº 958/2012 do SENAC aqueles que cometerem atos lesivos ao SENAC, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

16.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.1.2. Multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério do Contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.1.3. Multa compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.1.4. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

16.1.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o do SENAC por um período não superior a 02 (dois) anos; e,

16.2. As multas aludidas no subitem imediatamente precedente não impedem que o SENAC rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções previstas nas normas regedoras desta licitação.

16.3. Qualquer das multas previstas neste Edital, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SENAC à Contratada, ficando evidenciado que se o montante atingir valor superior responderá esta pela sua diferença, a qual, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada que tenha sido multada, antes de paga ou relevada à respectiva multa.

16.5. Na impossibilidade de ressarcimento do SENAC por meio de desconto, a **CONTRATADA** ficará obrigada a recolher a multa aludida no caput mediante depósito bancário em nome do SENAC, no prazo máximo de 10 (dez) dias da comunicação.

16.6. Caso não ocorra o recolhimento na forma do item anterior, o SENAC está desde já autorizado a emitir em desfavor da **CONTRATADA**, boleto bancário no valor correspondente a multa aplicada, que poderá ser levado a protesto, bem como medidas judiciais cabíveis, caso não seja pago.

16.7. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante do contrato, a exemplo: falhas ou em quantidade ou qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

16.7.1. Também estão sujeitos às penalidades de multa e/ou suspensão do direito de licitar e/ou contratar com o **SENAC CE**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o **LICITANTE** quando ocorrer:

- a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) **Retirada da proposta no curso do certame, após classificação das propostas, durante de lances e no curso etapa de habilitação, sem que a Comissão de Licitação tenha aceito as justificativas apresentadas;**
- c) Recusa injustificada em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**;
- d) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- e) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- f) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- g) Irregularidades que ensejem a frustração da licitação ou a rescisão contratual;

- h) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- i) Prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou prejudicar a execução do contrato;
- j) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a **CONTRATADA** idoneidade para contratar com o **SENAC CE**.
- k) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- l) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com SENAC.

16.7.2. Cancelamento e Rescisão

16.7.2.1. A suspensão temporária do direito de licitar e/ou contratar com o **SENAC CE**, o cancelamento dos preços registrados na concorrência e a rescisão contratual, poderão ser aplicadas à **LICITANTE CONTRATADA**, após regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévios.

16.7.2.2. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante do contrato, a exemplo: falhas, qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

16.7.2.3. É facultado ao **SENAC CE** exigir, ainda, da empresa vencedora, se não cumprir as obrigações assumidas, perdas e danos, nos termos do artigo 389, do Código Civil, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei, especialmente as da Lei n.º 8.078, de 11.09.90.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento dos produtos objeto deste processo licitatório será efetuado, conforme condições descritas no Termo de Referência e valido em contrato, a partir da efetiva prestação/execução/entrega dos serviços, mediante apresentação de Nota (s) Fiscal (is) e certidões referentes a regularidade fiscal da empresa, que deverá (ão) ser entregue (s) ao **gestor do contrato** e atestado (s) pelo mesmo.

17.2. A (s) Nota (s) Fiscal (is) deverá (ão) indicar o número da autorização/ordem de compra a(s) qual(is) estará(ão) vinculada(s), bem como, os seguintes dados bancários para pagamento: o nome do banco, o número da agência e da conta corrente da empresa.

17.3. O(s) pagamento(s) só será (ão) efetuado(s) após a constatação, pelo SENAC-AR/CE da regularidade fiscal da empresa, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Certificado de Regularidade de Situação (CRF) relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal, Certidão quanto à Dívida Ativa da União e Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, junto com a nota fiscal por ocasião da entrega da mercadoria ou do início do serviço.

17.3.1. Quando se tratar de execução de serviço ou entrega de produto continuado, a empresa deverá apresentar a (s) Nota(s) Fiscal (is), bem como as certidões referentes a regularidade fiscal da mesma, mensalmente, ou sempre que ocorrer a prestação do serviço e/ou entrega do produto licitado.

17.4. O licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Edital no momento da contratação e ao longo da prestação do serviço.

17.5. O preço a ser pago pelo SENAC-AR/CE pertinente à aquisição do objeto do presente certame será no valor da proposta apresentada pela empresa, livre de quaisquer tributos, ônus, encargos, despesas, inclusive eventual recolhimento de diferença de alíquota de ICMS quando da hipótese de entrada do (s) produto (s) no Estado do Ceará eventualmente pagos pelo (s) licitante (s).

17.6. Discriminação detalhada dos serviços:

15.5.1. O SENAC-AR/CE é responsável pela retenção na fonte e recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, na qualidade de contribuinte substituto, portanto todas as notas fiscais de serviços emitidas por prestadores de serviços, **que sejam contribuintes** do ISSQN, sofrerão a retenção na fonte deste imposto, sendo obrigatório o destaque na nota fiscal **“ISS RETIDO NA FONTE”**.

17.7. Ao SENAC-AR/CE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de entrega e aceitação, o serviço realizado (ou produto) não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas no Termo de Referência do anexo I.

17.8. Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erros ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

17.9. O pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto pelo SENAC, desde que não se verifiquem falhas na execução dos serviços, e os prazos previstos na minuta do contrato serão contados a partir do recebimento definitivo de cada fase.

17.10. A não manutenção das condições de habilitação pelo Fornecedor não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18. DA ASSINATURA DO CONTRATO OU DA EMISSÃO DO PAF/ORDEN DE COMPRA

18.1. A Administração Regional do SENAC/CE assinará contrato ou emitirá o PAF (Pedido de Atendimento ao Fornecedor) com a empresa vencedora desta licitação, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data da convocação expedida pelo setor competente, sob pena de decair do direito à contratação.**

18.2. A recusa injusta da licitante vencedora em honrar a proposta, assinar o contrato ou o PAF, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a mesma às sanções previstas neste instrumento convocatório com fulcro na legislação pertinente.

18.3. O contrato ou PAF, depois de cumpridas as formalidades procedimentais, terá vigência imediata, e deverá atender à conformidade do termo de referência, e à solicitação/ordem de serviço do setor competente.

18.4. O SENAC poderá (ão) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados (ou produtos), se em desacordo com o Contrato.

18.5. A contratada é obrigada a corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções detectadas, notadamente, mediante a substituição do objeto deste instrumento, que apresente (m) características divergentes daquelas especificadas no termo de referência.

18.6. A contratada terá a responsabilidade de toda a documentação necessária ao fornecimento ou à prestação de serviços, e responderá por todos os prejuízos, perdas e danos que o **SENAC** venha a sofrer relativamente ao fornecimento ou a prestação dos serviços pretendidos.

18.7. Como condição para expedição da Autorização/ordem de compra o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas neste Pregão.

18.8. Facultado é ao **SENAC**, quando o adjudicatário não apresentar situação regular, no ato da emissão da Autorização/ordem de compra ou, por qualquer outro motivo, descumprir as condições e/ou prazos preestabelecidos:

18.8.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, hipótese em que o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para obtenção de um melhor preço; ou,

18.8.2. Cancelar o processo de licitação.

18.9. O **SENAC** indicará como gestores para acompanhar a entrega dos produtos/equipamentos e para dirimir quaisquer dúvidas ou prestar outras informações sobre o objeto contratado, os TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES)/UNIDADE(S) beneficiada(s) com a entrega do(s) item(ns) constante(s) do TR – Anexo I do Edital.

18.10. Compete a cada TÉCNICO, acompanhar a entrega dos itens objeto da licitação, averiguar se estão conforme a descrição do TR – Anexo I do Edital e conforme a Proposta apresentada pelo Licitante vencedor, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados no contrato.

18.11. O Contrato, o PAF (Pedido ao Fornecedor) ou outro documento que os substitua, trará o nome e o contato dos TÉCNICOS DO (S) SETOR (ES) /UNIDADE(S) beneficiada(s) com a entrega do(s) item(ns) constante(s) do TR – Anexo I do Edital.

18.12. Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o **SENAC**.

18.13. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores dos contratos deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais – CAIC.

18.14. Os Fiscais/Gestores dos contratos poderão solicitar reuniões com os representantes da Contratada, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto do Contrato e os esclarecimentos que se fizerem necessários.

18.15. Os Fiscais/Gestores dos contratos poderão, por amostragem ou solicitação periódica, fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada, quando se tratar de contrato que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

18.16. A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do **SENAC** ou de seus agentes e prepostos.

18.17. O Fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas

e providenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

18.18. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, salvo autorização expressa do contratante.

19 – DO PRAZO E REAJUSTE

19.1. O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogados até 60 meses, conforme reajuste de preços de acordo com os índices definidos e demais situações previstas na legislação e na Resolução Senac nº 958/2012.

19.2. Na hipótese de que trata o item anterior, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.

20 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. O SENAC nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização da Ata. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao Fornecedor, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

20.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva do Fornecedor, no que concerne à execução do objeto contratado.

21 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o ato da homologação do certame, as licitantes cujas propostas não tenham sido recusadas serão convocadas, por e-mail, para manifestarem interesse em participar do cadastro de reserva. Aquelas interessadas deverão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

21.2. O cadastro de reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas, cabendo à Comissão de Licitação informar data e hora para o procedimento, com um mínimo de 24 (vinte e quatro) horas para os trâmites necessários.

21.3. O e-mail informará a data e hora limites para que as licitantes exerçam seu direito de aderência ao cadastro. Caso as licitantes não se manifestem nesse período ocorrerá a preclusão do seu direito.

21.4. Se houver mais de uma licitante interessada em reduzir seus preços, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.5. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

22. DA DIVULGAÇÃO DO PREÇO MÉDIO.

22.1. A estimativa de custo do objeto deste certame consta nos autos do procedimento da licitação, estando disponível no endereço indicado no preâmbulo do edital.

23. DA GARANTIA DO OBJETO:

23.1. Conforme descrito nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I deste Edital;

24. DAS DIRETRIZES ANTICORRUPÇÃO

24.1. O (s) licitante (s) concorda (m) que executarão as obrigações contidas neste Edital e anexos de forma ética e de acordo com os princípios aplicáveis ao Sistema Fecomercio/CE na forma da lei vigente.

a) O (s) licitante (s) assume (m) que é expressamente contrário à prática de atos que atentem contra o patrimônio e a imagem do **SENAC**.

b) Nenhum dos licitantes poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por meio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, ou de outra forma que não relacionada nesta, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

c) O (s) licitante (s) se compromete (m) a estabelecer, de forma clara e precisa, os deveres e as obrigações de seus agentes e/ou empregados em questões comerciais, para que estejam sempre em conformidade com as leis, as normas vigentes e as determinações desta Ata.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. O SENAC poderá, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à publicação do Edital que possam interferir no andamento do processo ou influir na formulação da proposta, adotar uma das seguintes providências:

- a) adiamento ou suspensão da licitação;
- b) revogação ou anulação deste Edital, ou, ainda, sua modificação no todo ou em parte; ou
- c) alteração das condições no processo licitatório, com a sua divulgação ou a republicação deste Edital, e, caso seja necessário, o estabelecimento de nova data para a realização da licitação.

25.1.1. A anulação da licitação induz à do contrato.

25.1.1.1. A anulação da licitação por movo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

25.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

25.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, observar-se-á o que se segue:

25.4.1. Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

25.4.2. Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente no SENAC/CE.

25.5. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da Licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública do Pregão.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. A critério do Pregoeiro, o prazo de 2 (duas) horas para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

25.8. O Licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o houver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.9. A simples apresentação de documentação não acarreta compromisso de contratação por parte da Administração, importando, porém, para o Licitante a irrestrita e irretratável aceitação das condições de qualificação e dos termos deste Edital.

25.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidos pelo Pregoeiro, no endereço eletrônico mencionado neste Edital, através do fone (85) 3270-5892.

25.11. O foro de Fortaleza – CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

26. DOS ANEXOS

30.1. Integram o presente edital as condições, detalhamento e especificações do objeto licitado:

30.1.1. As condições, detalhamento e especificações do objeto licitado (Termo de Referência - ANEXO I);

30.1.2. Declaração de Vistoria (ANEXO II)

30.1.3 Declaração de elaboração independente da proposta comercial (ANEXO III).

30.1.4 Declarações (ANEXO IV).

26.1.5. Minuta do contrato (ANEXO V).

Fortaleza, 27 de janeiro de 2021

Márcio Ricardo Baia Cavalcante
Presidente da CPL SESC/SENAC/CE

Maria Gleiciane de Sousa
Membro da CPL

Antonio Diego Pereira Rocha
Membro da CPL

TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I

Simplificação da Rotina: 61/2020 GEINFRA

Fundamento Legal: Art. 13 da Resolução nº 958/2012 SENAC.

1. OBJETO

1.1 Contratação de seguro na modalidade RISCO TOTAL para os bens móveis e imóveis do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/CE, com franquias, em conformidade com as especificações e condições previstas neste instrumento e anexos.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Resguardar os imóveis do patrimônio do **SENAC/CE** contra eventuais danos causados por sinistros, cujos prejuízos possam causar enorme dispêndio financeiro.

3. VIGENCIA

3.1 A vigência da apólice do seguro a ser contratado por um período de 12 meses, podendo ser prorrogado até o prazo máximo de 60 meses. Preferencialmente das 24 horas do dia 10/09/2020 até às 24 horas do dia 10/09/2021.

4. DAS COBERTURAS

4.1 AS COBERTURAS DO SEGURO DEVEM COBRIR OBRIGATORIAMENTE:

4.1.1 BENS MÓVEIS/ PATRIMÔNIO (INCLUINDO OS BENS PATRIMONIADOS) /ESTOQUE (DEPOSITOS, ALMOXARIFADOS, CAMARAS FRIGORIFICAS E AFINS);

4.1.2 INCÊNDIO;

4.1.3 EXPLOSÃO DE QUALQUER NATUREZA, DANOS ELÉTRICOS;

4.1.4 IMPACTOS DE VEÍCULOS TERRESTRES;

4.1.5 RESPONSABILIDADE FISCAL;

4.1.6 FIDELIDADE DE EMPREGADOS;

4.1.7 VENDAVAL;

4.1.8 INUNDAÇÃO.

OBS: "INCÊNDIO (INCLUSIVE DECORRENTE DE TUMULTOS), QUEDA DE RAIOS (DENTRO DO TERRENO SEGURADO), EXPLOSÃO E IMPLOSÃO;"

5. DA VISTORIA

5.1. Caso a empresa participante tenha interesse, a vistoria prévia dos imóveis será acompanhada por técnico designado pelo **SENAC/CE**, no caso dos imóveis de Fortaleza, e pelas respectivas unidades do **SENAC/CE** nas localizadas no interior do Estado do Ceará, no caso dos imóveis do interior, devendo ser agendada com antecedência de 48h. A empresa que não tiver interesse na realização da vistoria prévia dos imóveis a serem segurados deverá emitir solicitação/declaração de dispensa de vistoria.

6. DO ENDOSSO

6.1 Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada **pelo SENAC/CE** e processada pela licitante vencedora, mediante endosso;

6.2 A empresa vencedora deverá providenciar no prazo de até 30(trinta) dias as alterações na apólice, conforme solicitadas pelo **SENAC/CE**.

7. ACOMPANHAMENTO

7.1. A execução/gestão da apólice de seguros, bem como os sinistros relacionados e demais ocorrências serão fiscalizados/acompanhados por colaborador do Setor de Patrimônio da GEINFRA em relação aos imóveis utilizados na capital e pelos respectivos supervisores das unidades nas cidades localizadas no interior, em relação aos imóveis utilizados no interior.

8. DA ENTREGA DA APÓLICE

8.1. A apólice de Seguro deverá ser entregue diretamente no Setor de Patrimônio da GEINFRA, situada na Rua Pereira Filgueiras, nº 1085 bairro Aldeota, Fortaleza-CE, no horário das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira até 30 dias corridos da sua assinatura;

9. DAS CONDIÇÕES DO SEGURO

9.1 A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura dos imóveis especificados no anexo I;

9.1.1 Valor para cobertura em caso de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça;

9.1.2 Danos elétricos;

9.1.3. Infidelidade de empregados;

9.1.4. Lucro cessantes (despesas fixas), em decorrência de incêndio, raio, explosão, implosão e fumaça, período indenitário 12 meses;

9.1.5 Recomposição de registros e documentos;

9.1.6. Responsabilidades civil operações;

9.1.7. Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de aeronave, queda de aeronave;

9.2 O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias;

9.3 A Contratada deverá fornecer manual, ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os imóveis objeto deste Termo de Referência;

9.4 Os pagamentos de franquia, em caso de sinistro, serão realizados diretamente para a seguradora.

9.5 Os bens e equipamentos eventualmente adquiridos após a celebração desse ajuste entre o SENAC e a Contratada também estão cobertos pela apólice, sem qualquer ônus adicional para o SENAC.

9.6 O SENAC, sem prejuízo da cobertura do seguro objeto deste instrumento, poderá remanejar equipamentos, móveis ou utensílios entre os andares ou edifícios cobertos pelas apólices de seguro.

9.7 O pagamento da indenização referente ao conteúdo dos edifícios segurados, em caso de sinistro, deverá ser realizado com base no inventário dos bens, feito pelo Serviço de Patrimônio do SENAC.

9.7 As coberturas das apólices de seguro referentes ao objeto deste contrato dever-se-ão primeiro a risco absoluto, respondendo a CONTRATADA integralmente pelos prejuízos ocorridos e cobertos até o limite das importâncias seguradas

10. RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1 O recebimento do objeto deste certame será consubstanciado pela entrega das Apólices de Seguro, emitidas pela Contratada, compreendendo os seguintes termos:

10.1.1. Deverá ser emitida uma apólice para todas as edificações constantes do Lote único deste termo, devendo constar na apólice referida, no mínimo, o seguinte:

a) Nome e endereço do Segurado e suas unidades;

b) número da apólice;

c) início e fim do período de vigência da apólice, indicando dia, mês e ano;

d) identificação e descrição de cada edificação com suas devidas especificações;

e) indicação dos valores de cobertura para cada edificação compreendendo 'Danos Materiais';

f) indicação da cobertura adicional, em caso de incêndio, raio e explosão, com o valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 10% dos prejuízos, exclusivamente em caso de Raio, com o mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

g) indicação da cobertura adicional, em caso de danos elétricos, com o valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 10% dos prejuízos com o mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);

h) Indicação da cobertura adicional, em caso de Infidelidade de empregados, com valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 10% dos prejuízos, com o mínimo de R\$ 750,00(setecentos reais);

i) Indicação da cobertura adicional para os Lucros Cessantes nas primeiras 48 hs de paralizações;

j) Indicação da cobertura adicional, em caso de Recomposição de Registro e documentos, com valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 10% dos prejuízos, com o mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais);

K) Indicação da cobertura adicional, em caso de VENDAVAL, FURAÇÃO, CICLONE, TORNADO, GRANIZO, IMPACTO DE AERONAVE QUEDA DE AERONAVE, com valor limite de indenização da cobertura contratada, e franquia de 15% dos prejuízos, com o mínimo de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais)

M) Informação do Prêmio Líquido a ser pago sobre cada cobertura.

10.2. A entrega das apólices deverá ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da **ordem de serviço**.

11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura do contrato e/ou correspondente pagamento;

11.2. A apólice de seguro deverá cobrir os bens contra prejuízos, despesas e conter as normas estabelecidas pela superintendência de seguro privado - SUSEP;

11.3. Emitir documento que contenha os dados do seguro e os bens segurados, cobertura, valores contratados e vigência do seguro.

11.4. Atender aos chamados do SENAC/CE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas).

11.5. Informar o nome da corretora e/ou pessoa (s) responsável (is) pelo atendimento no caso de sinistro.

11.6 A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.7 As alterações na apólice, após solicitação formal do **SENAC/CE**, devem ser providenciadas no prazo de até 30 (trinta) dias;

11.8 Observar que, ocorrendo sinistro dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se o SENAC cobrir o débito até a data do vencimento;

11.9 Providenciar o atendimento imediato do sinistro porventura ocorrido, tão logo seja comunicado pelo SENAC/CE.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir o objeto desta contratação.

12.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

12.3. Comunicar à Contratada, de imediato, qualquer irregularidade verificada na execução dos serviços.

12.4. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, por intermédio da fiscalização designada para tal fim, o cumprimento do objeto desta contratação.

12.5. Anotar as ocorrências relacionadas com a execução desta contratação, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.6. Efetuar o pagamento devido consoante prazos e condições estabelecidos nesta contratação.

12.7 Permitir e facilitar a vistoria dos imóveis;

12.8 Fornecer todos os documentos, prestar as informações e/ou esclarecimentos necessários à cobertura do seguro;

12.9 Comunicar à contratada quaisquer alterações em relação à inclusão/exclusão dos imóveis;

12.10 Comunicar à contratada a ocorrência de sinistro;

12.11 Efetuar o pagamento dentro do prazo estabelecido.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1 Atestado de capacidade técnica ou comprovação de aptidão para realização dos serviços licitados, mediante apresentação de 01 (uma) declaração firmada por pessoa jurídica pública e/ou privada que sendo cliente da licitante, ateste a capacidade da mesma para prestação do serviço, a contento com o objeto da licitação. **O DOCUMENTO APRESENTADO DEVE ESTAR COM FIRMA RECONHECIDA.**

13.2. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- b) Nome da empresa que prestou o serviço ao emitente;
- c) Data de emissão do atestado ou da certidão;
- d) Assinatura e identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente).

DOCUMENTO APRESENTADO DEVE ESTAR COM FIRMA RECONHECIDA;

e) Descrição do tipo serviço executado (ou nome do evento realizado e sua descrição, em caso de licitação para área de turismo, cultura, esporte e lazer) ou dos produtos fornecidos.

13.3. Certidão Negativa de Débitos (CND) e prova de regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está apta a operar no mercado segurador brasileiro;

14. DA FRANQUIA

14.1 A franquia ora tratada neste Edital é a “obrigatória”, observada, no entanto, o seguinte:

14.2 A franquia não será objeto de classificação nas propostas, as quais serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio);

14.3 Na ocorrência de sinistro, o valor referente à franquia será pago pelo SENAC/CE à empresa autorizada pela vencedora à realização dos reparos necessários aos imóveis.

14.4 A instalação de qualquer dispositivo de segurança nos imóveis somente poderá ser realizada com autorização por escrito da diretoria do SENAC, podendo recusar a instalação prévia sem que traga prejuízo ao SENAC/CE em relação a cobertura do seguro.

15. DAS SANÇÕES

15.1 – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o SENAC/CE pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

15.2. O Contratante poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência e multa de acordo com edital.

15.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o SENAC/CE poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com a multa administrativa.

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1 Será adotado o tipo de licitação Menor Preço por lote para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e qualidade definidos neste Instrumento. Os serviços a serem contratados, enquadram-se na categoria de serviço comum, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontrada no mercado, podendo, portanto, ser adquirido através da modalidade de **Pregão eletrônico – Código Comprasnet - 906**.

16.2 O agrupamento do objeto do presente instrumento em lote único tem por objetivo facilitar o gerenciamento do objeto a ser contratado, bem como obter economia de escala e reduzir custos para a Administração, haja vista tratar-se de objeto único segregado em itens.

17. PAGAMENTO

17. 1 A licitante vencedora deve facilitar o pagamento do seguro em pelo menos 10(dez) parcelas, incluindo a entrada, através de boleto bancário.

18. UNIDADES/ENDEREÇOS E METRAGEM DE ÁREA CONSTRUIDA

	UNIDADE	ENDEREÇO	AREA CONSTRUIDA	AREA TOTAL DO TERRENO
01	Senac Rio Mar Papicu	Rua Desembargador Lauro Nogueira, 1500, Papicu CEP: 60176-065 Fortaleza-CE	247,26 m ²	247,26m ²

02	Anexo – Senac Tristão (Escola de Vigilância)	Av. Tristão Gonçalves, 1276, Centro CEP: 60.015-000 Fortaleza/Ce	541,97 m ²	1.444,00 m ²
03	Senac – Tristão	Av. Tristão Gonçalves, 1245, Centro CEP: 60.015-000 Fortaleza/Ce	5.266,49 m ²	4.976,06 m ²
04	Senac Maranguape	Rua Coronel Manoel Paula, 175, Centro CEP: 61.940-065 Maranguape/Ce	1047,30 m ²	1047,30 m ²
05	Senac Aquiraz – Litoral Leste	Rua Pedro Brasil, 210, Centro CEP: 61.700-000 Aquiraz/Ce	667,07 m ²	1.231,81 m ²
06	Senac Desembargador	Rua Desembargador Moreira, 1303, Aldeota CEP: 60170-001 Fortaleza/Ce	4.222,19 m ²	1.444,00 m ²
07	Senac Cedro	Rua Adalto Castelo, 222 A Centro CEP: 63.400-000 Cedro/Ce	1.455,61 m ²	6.282,12 m ²
08	Senac Crato	Praça da Sé, 596, Centro CEP: 63.100-440 Crato/Ce	757,32 m ²	1.020,00 m ²
09	Senac Juazeiro	Rua Rua São Luíz, s/n, São Miguel CEP: 63.010-462 Juazeiro do Norte/Ce	947,87 m ²	501,30 m ²
10	Senac Juazeiro (Anexo)	Rua Vicente Patu, 782, Centro CEP: 63.010-155 Juazeiro do Norte/Ce	1.241,06m ²	620,53m ²
11	Senac Iguatu	Rua Treze de Maio, 1134, Centro CEP: 63.500-000 Iguatu/Ce	1.618,96 m ²	2.454,59 m ²
12	Senac Sobral (Alugado)	Rua Dr. João do Monte, 980, Centro CEP: 62.010-220 Sobral/CE	1.705,00 m ²	589,80 m ²
13	Senac Itapipoca	Rua Elbia Barroso, 2959 CEP: 62.500-000 Itapipoca/Ce	619,80 m ²	619,80 m ²
14	Senac Quixadá	Rua Presidente Kennedy, 188, Alto São Francisco CEP: 63.900-000 Quixadá/Ce	1.742,00m ²	1.742,00m ²

15	Administrativo (Sesc/Senac)	Rua Pereira Filgueiras, 1070, Aldeota CEP: 60160-194 Fortaleza-CE	1.800,00 m ²	1.800,00 m ²
16	Anexo - Administrativo	Rua Pereira Filgueiras, 1085, Aldeota CEP: 60160-194 Fortaleza-CE	652,90 m ²	695,00 m ²
17	Senac Sobral	Rua Lucia Sabia, 215 Centro – Sobral CEP: 62.010-220	-	-
18	Senac Iguatu	Rua Cel. Belizário, 49 Centro Iguatu-CE CEP: 63.513-500	-	-
19	Ipred	Rua Carlos Lobo, 15 Parque Manibura Fortaleza-CE	-	-

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A Contratada não poderá subcontratar o objeto do contrato.

20. GESTÃO DO CONTRATO

GESTOR: Antônio Marcos Barreto
Joel Madeira de Sousa

Fiscal: Anderson da Silva Albuquerque

Úrsula Fagna Amorim Amador
Elaboração do termo de Referência
Analista Corporativo II – SESC – GEINFRA

Joel Madeira de Sousa
Gerente de Engenharia e Infraestrutura - GEINFRA

APROVO o presente Termo de Referência, considerando a importância da contratação para as atividades da CONTRATANTE, em face das justificativas formuladas pela área técnica.

ANEXO DOS IMÓVEIS

ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS IMOVEIS

LOTE 1 - SENAC								
CÓDIGO COMPRASNET - 906								
ITEM	LOCAIS DE RISCO SESC	COBERTURAS						
		INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOSÃO IMPLOÇÃO E FUMAÇA	DANOS ELÉTRICOS	INFIDELIDADE DE EMPREGADOS	LUCRO CESSANTES (DESPESAS FIXAS), EM DECORRÊNCIA DE INCÊNDIO, RAIOS, EXPLOSÃO IMPLOÇÃO E FUMAÇA, PERÍODO IDENTITÁRIO: 12 MESES	RECOMPOSIÇÃO DE REGISTROS E DOCUMENTOS	RESPONSABILIDADE CIVIL OPERAÇÕES	VENDAVAL, FURÇÃO, CICLONE, TORNADO, GRANIZO, IMPACTO DE AERONAVE QUEDA DE AERONAVE
1	Av. Tristão Gonçalves, 1245 - Centro - CEP.: 60.015-002 - Fortaleza	R\$ 10.500.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 2.100.000,00
2	Pça da Sé, 596 - Centro - CEP.: 63.100-440 - Crato	R\$ 800.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 160.000,00
3	Av. Lucia Saboia, 215 - Centro - Sobral	R\$ 350.000,00	R\$ -	R\$ 5.000,00	R\$ -	R\$ 30.000,00	R\$ 245.000,00	R\$ 70.000,00
4	Rua Dr. João monte, 980 - Centro - CEP.: 62.010-220 - Sobral	R\$ 950.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 190.000,00
5	Pça Cel. Belizário, 46 - Centro - Iguatu-Ce CEP: 63513-500	R\$ 350.000,00	R\$ -	R\$ 5.000,00	R\$ -	R\$ 30.000,00	R\$ 245.000,00	R\$ 70.000,00
6	Rua São Luiz, S/N - São Miguel - CEP.: 63.010-462 Juazeiro do Norte	R\$ 3.500.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 700.000,00
7	Rua 13 de maio, 1134 - Centro - CEP 63.500-000 - Iguatu	R\$ 4.500.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 900.000,00
8	Avenida Tristão Gonçalves, 1276 - Centro - CEP.:60.015	R\$ 825.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 165.000,00
9	Rua Pergentina Araújo, s/n - CEP.: 62.500-000 - Itapipoca	R\$ 100.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 50.000,00
10	Rua Adauto Castelo, 222A, Centro - CEP 63.400-000 Cedro	R\$ 800.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 160.000,00
11	Rua Presidente Kennedy, S/N - Alto São Francisco - CEP.:63.908-335	R\$ 400.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 80.000,00
12	Rua Pedro Brasil, 210, Centro, Aquiraz - CEP: 61.700-000	R\$ 300.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 60.000,00
13	Rua Carlos Lobo, 15 - Parque Manibura - Fortaleza-Ce	R\$ 50.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 16.000,00
14	Rua Vicente Patu, 782,centro - Cep:63.010-155	R\$ 4.500.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 900.000,00
15	Rua Coronel Manoel Paula, 175, Centro Cep:61.940-065 - Maranguape	R\$ 3.300.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 660.000,00

16	Rua Pereira Filgueiras, 1070, Aldeota Cep:60.160-194 - Fortaleza	R\$ 8.000.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 1.600.000,00
17	Rua Desembargador Lauro Nogueira, 1500 - Salas 2148, 2149 e 2150 Piso L – Papicu - Fortaleza	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00
18	Rua Pereira Figueiras, 1085 - Aldeota - Fortaleza/Ce	R\$ 1.000.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 550.000,00	R\$ 300.000,00
19	Av. Desembargador Moreira, 1301 – Aldeota - CEP.: 60.170-002 – Aldeota - Fortaleza	R\$ 40.800.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 4.000.000,00

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº __/____, que vistoriei minuciosamente o ambiente, instalações e o patrimônio do CONTRATANTE e que tomei conhecimento das informações necessárias e suficientes para participação do certame e para elaboração da proposta de SEGURO PREDIAL E PATRIMONIAL das Unidades do **SENAC/CE**, com fim de execução do instrumento de ajuste e proclamo estar ciente da complexidade das instalações e bens, como dos termos e condições descritos no respectivo instrumento convocatório e anexos.

Fortaleza, ____ de _____ de 2020.

CARIMBO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL/REPRESENTANTE DA EMPRESA

Nome legível: _____ CPF: _____ Observação

- Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local dos serviços, a ausência da presente declaração não implicará na desclassificação da licitante vencedora, entretanto não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas

ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[NOME DA LICITANTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços, para contratação de empresa especializada para o fornecimento de SEGURO PREDIAL E PATRIMONIAL para atendimento das necessidades do SENAC/CE, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VL. UNIT	VL. GERAL
------	-----------	-----	----------	-----------

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias da data de realização do certame.

Prazo de Entrega das apólices: até 30 (trinta) dias após a assinatura.

Condições:

- 1) Franquia de 10% dos prejuízos, com o mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
EXCLUSIVAMENTE EM CASO DE RAIO;
- 2) Franquia de 10% dos prejuízos, exclusivamente nos casos de danos materiais decorrentes de danos elétricos, com o mínimo de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais);
- 3) Franquia de 10% dos prejuízos para o infidelidade de empregados, com o mínimo de R\$ 750,00(setecentos reais);
- 4) Para os Lucros Cessantes as primeiras 48 hs de paralizações.
- 5) Franquia de 10% dos prejuízos para Recomposição de registros e documentos, com o mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais)
- 6) Franquia de 15% dos prejuízos para o item de VENDAVAL, FURAÇÃO, CICLONE, TORNADO, GRANIZO, IMPACTO DE AERONAVE QUEDA DE AERONAVE, com o mínimo de R\$ 1.500,00(um mil e quinhentos reais)

Declaração: A [NOME DA LICITANTE] declara que atende aos requisitos previstos no Art. 13 da Resolução nº 958/2012 SENAC.

Nome da Empresa:

CNPJ: Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:

ANEXO IV – DECLARAÇÕES

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente impeditivo de nossa habilitação em processo licitatório e que estamos em observância ao Art. 12º da Resolução SENAC 958/12 cumprindo plenamente os requisitos de habilitação do certame em epígrafe.

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e/ou insalubre, bem como, menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que trabalhamos com produto ou material ecológico e socialmente responsável ou que adotamos práticas de sustentabilidade ambiental na produção do produto ou execução de serviços, obedecendo em qualquer caso, à legislação ambiental.

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que não existe na empresa licitante parentes até o terceiro grau civil (afim ou consanguíneo) do presidente ou membros efetivos e suplentes do Conselho Nacional e Conselho Fiscal e dos Conselhos Regionais do SESC ou do SENAC, bem como de dirigentes de entidades sindicais ou civis, do comércio, patronais ou de empregados do SESC/SENAC e da Comissão de Licitação e que está em observância ao Art. 44º, capítulo 10, do regulamento do SENAC, aprovado pelo decreto nº 61.836, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação do certame em epígrafe, sob as penalidades cabíveis. A declaração deve estar devidamente datada, assinada e redigida objetivamente.

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que assumimos inteira responsabilidade pelo fornecimento dos produtos, materiais ou serviço objeto deste Pregão, e que se sujeita às condições estipuladas neste Edital, obrigando-se a efetuar dito fornecimento, aquisição ou prestação de serviço nas características, especificações, nas datas, locais e horários preestabelecidos nos Anexos I – Termo de Referência.

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que estamos cientes das condições da licitação, que assumimos a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e de que fornecerá quaisquer informações complementares, se e quando solicitadas pelo **SESC-AR/CE** e ainda que recebemos o edital, seus anexos e demais documentos e de que tomamos conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório.

DECLARAMOS, também, que não tenho nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pelo SENAC, seja qual for o motivo.

DECLARAMOS que nos preços indicados na minha proposta comercial estão incluídos todos benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para prestação o fornecimento do objeto

licitado, assim entendida, não só as despesas diretas, com a aquisição de materiais e pagamento da mão-de-obra, como também as despesas indiretas, dentre elas: transporte de pessoal, alimentação, "know-how", "royalties", despesas financeiras, serviços de terceiros, aluguel e aquisição de máquinas; equipamentos, insumos e transportes; contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas, contribuições e emolumentos incidentes sobre o fornecimento, agência de despachantes, ou outras despesas, quaisquer que sejam as suas natureza.

Fortaleza, de de 2020.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Observação: Emitir em papel que identifique a licitante.

MINUTA DO CONTRATO (ANEXO V).

CONTRATO Nº ____ 2021.

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ, E DO OUTRO A EMPRESA _____, CONSOANTE ABAIXO SE DECLARA:

O **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC - Administração Regional no Estado do Ceará**, pessoa jurídica de direito privado, de Formação Profissional sem fins lucrativos, criado pelo Dec. Lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, com inscrição no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.344/0001-08, doravante denominado **SENAC** (órgão gerenciador) ou Contratante, pertencente ao Sistema Fecomércio, através da sua Administração Regional no Estado do Ceará, com sede e foro nesta Capital, Rua Pereira Filgueiras, 1070, Centro – Fortaleza/CE, neste ato representados pelo Presidente do Conselho Regional, **Sr. MAURICIO CAVALCANTE FILIZOLA**, resolve celebrar o presente Contrato, decorrente do _____, devidamente adjudicada e homologada, incorporando o edital, o disposto na Ata de abertura e no Mapa de Apuração, a proposta apresentada pelas **CONTRATADA**, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Resolução nº 958/2012 – SENAC, ao Instrumento Convocatório nº _____, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação _____ Anexo I do Edital do Pregão eletrônico nº **XX/2020**.

Parágrafo único: Integram e completam o presente termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes o cumprimento em todos os seus termos, nas condições expressas no Edital de Pregão Eletrônico n.º _____, juntamente com a proposta da **CONTRATADA** e demais peças do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total anual deste contrato é de R\$ _____, conforme proposta vencedora do Pregão nº XXX/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DATA DE INÍCIO DA COBERTURA

A cobertura de que trata o objeto deste contrato terá sua vigência a partir de zero hora do dia XXX de XXXX de 2020 até 24h do dia XXX de XXXX de 2021. O contrato poderá ser prorrogado por iguais ou sucessivos períodos até 60 (sessenta) meses. Caso o início da cobertura somente seja possível após a data indicada acima, a data a ser considerada será a da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

Parágrafo primeiro. O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante apostilamento, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 1.1. Prestação regular dos serviços;
- 1.2. Não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- 1.3. Manutenção do interesse pela Administração na realização do serviço;
- 1.4. Manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração; e
- 1.5. Concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

Parágrafo segundo. No caso de prorrogação, a CONTRATADA deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de incidentes, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA— DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem deveres do **SENAC**:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto;

- a. Efetuar o pagamento regular da nota fiscal, desde que o serviço correspondente seja recebido pelo fiscal e a Nota Fiscal esteja devidamente atestada;
- b. Comunicar oficialmente à CONTRATADAS quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA a interrupção da disponibilidade do fornecimento a fim de que esta restabeleça o serviço contratado;
- d. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a ser os mais vantajosos para o CONTRATANTE;
- e. Solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação dos valores cobrados nas faturas;
- f. Nomear um ou mais empregados para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- g. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o Contrato. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da Contratada.

Parágrafo único. A fiscalização será exercida por representantes da Administração Regional do **SENAC** designados, que deverão anotar todas as ocorrências, determinando o que for necessário para regularizar as falhas observadas, submetendo à Diretoria, em tempo hábil, o que ultrapassar sua atribuição, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- Além de outros previstos neste Instrumento e na legislação pertinente, constituem deveres da Contratada:

- a. Manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, contatos telefônicos e e-mail, se houver;
- b. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas a faturas dos serviços prestados e outras questões referentes ao objeto contratado;
- c. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- d. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- e. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (lei nº 8.078, de 1990);
- f. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como pelo custo de frete na entrega, e demais custos inerentes ao fornecimento dos produtos vendidos.
- h. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa sobre o objeto contratado, não podendo transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço;
- i. Responsabilizar-se pelas infrações à regulamentação aplicável, que consistirão em infrações contratuais quando comprometerem os serviços prestados pelo e **SENAC**;
- j. Executar os serviços com o maior padrão de qualidade possível, sendo direito do CONTRATANTE exigir que serviços avaliados por ele como fora dos padrões de qualidade sejam refeitos;
- k. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato;
- l. Manter durante toda a execução deste Contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- m. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros que a legislação exigir, resultantes da execução deste Contrato;
- n. Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus empregados aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio do CONTRATANTE, inclusive danos materiais e pessoais a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.

Parágrafo primeiro. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

I - A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

II. A subcontratação para execução do objeto; e

III. Por meio do presente, a Contratada se vincula ao Instrumento Convocatório, ao Termo de Referência, o Edital de Licitação e a Proposta da CONTRATADA, os quais passam a integrar este Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS

Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos parágrafo único do art.26, da Resolução SENAC nº 958/2012.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

O Valor do presente contrato é de R\$ xxxxxx, relativo ao prêmio anual total. O valor deste contrato corresponde tão-somente ao valor do prêmio, uma vez que as franquias serão pagas mediante demanda.

Parágrafo primeiro. O pagamento será realizado dividido em 10 (dez) parcelas mensais, conforme acordado entre as partes.

I – O preço estimado que o SENAC se obriga a pagar à CONTRATADA, nos termos do presente contrato é de R\$ ____ (_____).

Parágrafo segundo. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas no instrumento convocatório e nas resoluções de regência do **SENAC**.

Parágrafo terceiro. A Contratada somente fará jus ao pagamento mediante demonstração do cumprimento dos encargos sociais e tributários porventura incidentes.

Parágrafo quarto. O atraso no pagamento decorrente de qualquer das circunstâncias descritas nesta cláusula não exime a Contratada do cumprimento de suas obrigações, principalmente do pagamento dos seus empregados nas datas regulares.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ORDENS DE SERVIÇO E COMUNICAÇÃO

Os produtos serão solicitados através de Ordens de Fornecimento emitidas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, por escrito, numeradas, datadas e assinadas. Quaisquer comunicações entre a Fiscalização e à Contratada também deverá ser por escrito, numerada, datada e assinada.

I - Após a realização dos serviços, as Ordens de Fornecimento serão visadas pelo responsável técnico da CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, para produzirem seus efeitos.

II - Todas as Ordens de Fornecimento realizadas deverão ser descritas no relatório mensal encaminhado à FISCALIZAÇÃO, contendo o problema encontrado, a solução adotada, materiais aplicados e estado das instalações após o serviço.

III- Para execução do objeto, à CONTRATADA deverá fornecer e conservar pelo período que for necessário, instrumental adequado e mão de obra, de modo a reunir permanentemente em serviço equipe homogênea e suficiente, que possam assegurar a prestação satisfatória dos serviços.

Parágrafo primeiro. O recebimento provisório do serviço será realizado em até 05 (cinco) dias úteis, da data de entrega das faturas, mediante recibo, não configurando aceite.

Parágrafo segundo. Depois de comprovada a adequação do objeto ao contrato, será efetuado o recebimento definitivo, através de termo próprio, que será emitido em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, observando-se o prazo de vencimento das faturas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO PROCESSOS DE FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

Nos casos em que o CONTRATADO sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste instrumento desde que a execução não seja afetada o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO

A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por (XXXXXXXXXX), ou por outros empregados que venham substituí-los, que promoverá todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, inclusive:

I - Propor a Diretoria do SENAC, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

II- Encaminhar o fato à deliberação superior, com vistas a solicitar Comissão de Análise de Infrações Contratuais - CAIC a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios prejuízo aos cofres do SENAC e aos seus empregados.

Parágrafo primeiro - Ao SENAC não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

- a) Quaisquer exigências da Fiscalização/Gestão contratual, inerentes ao Objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para o SENAC.
- b) As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos Fiscais/Gestores dos contratos deverão ser solicitadas ao seu Gestor Superior, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, caso não solucionadas, serão remetidas para a Comissão de Análise de Infrações Contratuais - CAIC.
- c) Os Fiscais/Gestores dos contratos poderão solicitar reuniões com os representantes da Contratada, acerca das boas práticas do cumprimento do objeto do Contrato e os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- d) Os Fiscais/Gestores dos contratos poderão, por amostragem ou solicitação periódica, fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada, quando se tratar de contrato que no objeto se depreenda que envolve a prestação de mão de obra.

Parágrafo segundo- A fiscalização será exercida no interesse da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do SENAC ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo terceiro - O Fornecedor deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, documentos correspondentes às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, esclarecimentos, soluções e informações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

Em caso de atraso injustificado na sua assinatura, inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação, sem prejuízo da aplicação das sanções contidas no Regulamento do **SENAC**, como por exemplo:

I. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

II. **Multa de mora de 0,1%** (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério do Contratante, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III. **Multa compensatória** equivalente a 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

IV. **Multa** de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;

V. Suspensão temporária do direito de participar de licitações e contratar com o do SENAC, por um período não superior a 02 (dois) anos; e,

VI. As **multas** aludidas no subitem imediatamente precedente não impedem que o SENAC rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções previstas nas normas regedoras desta licitação.

VII. Qualquer das multas previstas no Edital, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo SENAC à Contratada, ficando evidenciado que se o montante atingir valor superior responderá esta pela sua diferença, a qual, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

VIII. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada que tenha sido multada, antes de paga ou relevada à respectiva multa.

IX. Na impossibilidade de ressarcimento do SENAC por meio de desconto, a **CONTRATADA** ficará obrigada a recolher a multa aludida no caput mediante depósito bancário em nome do SENAC, no prazo máximo de 10 (dez) dias da comunicação.

X. Caso não ocorra o recolhimento na forma do item anterior, o SENAC está desde já autorizado a emitir em desfavor da **CONTRATADA**, boleto bancário no valor correspondente a multa aplicada, que poderá ser levado a protesto, bem como medidas judiciais cabíveis, caso não seja pago.

XI. Na ocasião da gestão contratual, se detectado que houve fornecimento e/ou prestação de serviço diferente do constante do contrato, a exemplo: falhas ou em quantidade ou qualidade inferior ao contratado; a gestão/fiscalização contratual promoverá a devida glosa na nota fiscal enviada para atesto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE

Os preços unitários poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, observada a variação do IGPM/FVG – Índice Geral de Preços de Mercado medido pela Fundação Getúlio Varga.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro Cível, da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas da aplicação do presente instrumento, renunciando, as partes, qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, na presença de 02 (duas) testemunhas, especialmente convocadas, para este ato, que a tudo assistiram e que ao final subscrevem, firmam por si e seus sucessores o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Fortaleza, XX de XXXXXXX de 2020.

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DO SESC/SENAC

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

01. _____ RG. N.º _____

02. _____ RG. N.º _____